

Relatório

Reunião com Sérgio Cortes

11/05/2007 – Rio de Janeiro

Movimento do Nível Médio

Relatório

Reunião com Sérgio Cortes

11/05/2007 – Rio de Janeiro

Participantes:

- **Movimento do Nível Médio:** Roberto Rodrigues, Israel, Aglaé, Suzana, Pedro Sérgio, Júnior, Teresa (CE), Miguel, Dodô, Lea (RS), Diego (SP), José Antonio (Sede), José Menezes (SC), Loucivol (GO), Da Matta (MG), Luiz Cláudio Barcelos (BA).
- **Representando a Direção do IBGE:** Sérgio Cortes com assessoria de Antonio Fernando.
- **Relatora:** Juçara Braga - jornalista

Diálogo

Rodrigues – Abre a reunião perguntando qual a posição do Conselho Diretor sobre a proposta apresentada pelo Movimento do Nível Intermediário na reunião anterior.

Cortes – Informa que o Conselho sabe da reivindicação por causa do Movimento e que a posição do Governo, do Ministério do Planejamento, da Secretaria de Recursos Humanos é de que não há possibilidade de mudança salarial antes da conclusão do processo de implantação do Plano de Carreira, mas diz não discutir o valor nominal do salário nem a legalidade do movimento.

Não há oportunidade de negociação até fevereiro de 2008; a partir daí, quando o Plano de Carreira estiver implantado, poderemos voltar a conversar com o Ministério do Planejamento. Agora não há possibilidade de avanço. O Conselho Diretor não é contra o aumento, mas não há possibilidade de negociar até fevereiro.

Suzana – Vocês informaram o Governo sobre nossa insatisfação?

Cortes – Conversar com o Governo sobre salários, benefícios, é uma constante, ocorre sempre, não só pontualmente.

Suzana – Qual a posição do Conselho Diretor?

Cortes – Não é que o Conselho não se disponha a negociar; é que o Governo já deixou claro que não é possível negociar qualquer reivindicação salarial para 2007.

Suzana – Vocês não vão buscar uma saída? Por que não irmos juntos?

Cortes – O Governo deixou claro que, enquanto não terminar a implantação do Plano de Carreira de todos os órgãos, não haverá negociação. Eles sabem que há um Movimento no IBGE; a Secretaria de Recursos Humanos sabe disso.

Pedro Sérgio – Precisamos de algo para a base; dizer simplesmente que não é viável, é complicado.

Cortes – Após a implantação do Plano de Carreira poderemos voltar a discutir.

Paulo Roberto – O PL está no Congresso; se for aprovado, como é que fica?

Cortes – Algumas categorias melhoraram os salários; o Governo deu a inflação; até a implantação do Plano de Carreira, o Nível Médio teve 40%; teve a correção da inflação e ajuste de 39%. Por isso, o Governo entende que resolveu todos os problemas salariais.

Miguel – O Conselho Diretor avalia que não há possibilidade de negociar, só que o Orçamento de 2008 fecha em 2007, então, se não discutir agora, só teremos resultado em 2009 ou 2010.

Cortes – A lógica do Orçamento para pagamento de pessoal é diferente; para salários, o Governo coloca uma rubrica com valor que é distribuído ao longo do exercício de acordo com as demandas ou negociações salariais; com o PAC, o Governo acena que isso corresponde a 1,5% da folha de pagamento.

Da Matta – O IBGE está implantando um Plano de Carreira que não atende ao Nível Médio; não estamos pedindo aumento salarial; queremos adequar o Plano de Carreira às necessidades do Nível Médio. Não vejo o Conselho Diretor preocupado com isso; ele não se coloca a nosso favor.

Cortes – Nós estamos sempre preocupados com a melhoria salarial; o ganho nos últimos três ou quatro anos foi muito expressivo; nominalmente, os salários estão baixos, mas percentualmente, houve ganhos importantes; o que pode haver é uma discussão sobre o valor nominal dos salários.

Da Matta – Quando acabar de implantar o Plano, não se mexe mais e o distanciamento entre o Nível Médio e o Nível Superior não será resolvido.

Israel – Há várias categorias em greve; outras estão se mobilizando; não gostaríamos de ter o desgaste de uma greve do Nível Médio; esperamos sensibilidade por parte da Direção, que vem comprando móveis novos, possivelmente com dinheiro do Censo... Esperávamos que você trouxesse uma proposta e o que temos é frustração; você vem de mãos vazias, acenando para um futuro totalmente incerto; teremos que voltar à base e partir para outra discussão num momento de Censo, um momento sensível. Nós nunca partimos para a greve sem conversar com a Direção. Agora, parece claro que a Direção não é sensível aos nossos pleitos.

Cortes – Não é uma questão de sensibilidade; é uma questão de poder ou não; no momento, não há uma janela de oportunidade para fazer a discussão pedida.

Aglaé – As portas se abrem se houver esforço para isso; nas conversas com o Governo, a Direção deve ter levado a percepção de nossa insatisfação. Você admite que o Plano não atende o Nível Médio sob o ponto de vista nominal, então, acho que o empenho da Direção, junto ao Governo, não foi suficientemente enfático. Agora você vem aqui e é como se estivesse dizendo a alguém que está morrendo “não tenha mais esperança”, saindo, depois, tranqüilamente.

Não está claro o que vocês levaram ao Governo sobre nossa reivindicação. É preciso que haja um empenho maior. O Encontro Nacional deveria fortalecer, em vocês (da Direção), a compreensão da luta e não dar espaço a essa letargia que se vê agora; na reunião anterior, você acenou com a possibilidade de criar um grupo de discussão e via, como principal empecilho, as diferenças dentro do Nível Médio; agora, diz que não cabe a discussão.

Antes, acenou até com a possibilidade de resolver o problema para um grupo menor dentro do Nível Médio; agora, não há chance de discussão; antes, várias possibilidades, nós estudamos a questão e achamos que você também traria alguma coisa.

Cortes – Não há janela de oportunidade até implantar o Plano de Carreira. A idéia de criar um grupo de trabalho para avaliação não está descartada, mas não impulsionará para solução.

Suzana – INPI, Inmetro e Fiocruz conseguiram (...) sem parcelamento; para o IBGE, parcelamento (...). Sobre o Plano de Carreira, você disse que, se passasse o PAC, seria complicado. Nas universidades, o pleito é pela revisão salarial do Nível Superior; eles estão discutindo com a Secretaria de Recursos Humanos. Nós não buscamos essa negociação porque você defendeu parceria para chegar lá. Diante do PAC, com a perspectiva de restrição orçamentária, não dá pra aceitar que não pode haver negociação agora.

Em várias categorias houve negociação no meio do caminho, então é possível. O que 76% dos servidores do IBGE querem da Direção é que vá ao Governo, insista, fale sobre o Movimento do Nível Médio.

Em todas as mesas de negociação, nós pautamos a reivindicação de recursos para o Censo; não lutamos só por salário; lutamos pelo IBGE, para que faça mais do que 70 anos. Vocês têm que correr atrás agora (em defesa da reivindicação do Nível Médio).

Cortes – Estamos correndo.

Aglaé – Tem que ser mais rápido.

Suzana – Você tem que dizer a eles que pode haver greve.

Paulo Paz – A meta é o acerto de uma situação insustentável; o Nível Médio está aquém da situação anterior; o Plano de Carreira ia contemplar todos, mas só o Nível Superior foi contemplado; só a mobilização mudará essa situação.

Cortes – Eu sou uma pessoa que menos ganhou; 38%.

Suzana – Para os doutores... 40% ou 45%.

Cortes – Nível Superior com doutorado, 39%; o maior percentual foi para o pessoal em início de carreira, são 34 pessoas, quem levou menos, levou 47%. Foram contratadas 600 e poucas pessoas para coleta que já entraram com aumento de 54%. Para o Nível Médio, com especialização, o aumento foi de 32%, então, pode-se argumentar que o salário nominal está baixo, mas, com uma inflação de 3%, é difícil convencer que esse aumento é pouco.

Dodô – Em 10 anos, a distância entre o menor salário do NS e o maior do NM dobrou; concordo que o salário está tão baixo que qualquer aumento não adianta; se não resolver agora, aumentará o fosso entre NM e NS; se não tivermos resposta... a base tem uma grande expectativa.

Cortes – Vocês são responsáveis pela coordenação, então, vocês são responsáveis pelo Movimento.

Israel – A gente tem condições de ir a Brasília, conseguir a reunião, mas só se estivermos paralisados; não queremos isso.

Cortes – A parceria tem que ser em nível de verdade; eu estou colocando a verdade.

Aglaé – A alteração dessa verdade dependerá do empenho. Sua verdade é a nossa no sentido de que, nominalmente, estamos perdidos. Podemos alterar a verdade do Governo se for mostrada a realidade do IBGE; vamos estabelecer parceria nessa verdade e enfrentar a verdade do Governo. O NM não quer transtorno. Mostre ao Governo que estamos juntos. Por que você não vestiu nossa camisa? Já que existem duas verdades, uma do Governo, outra da instituição, podemos avançar juntos. Nosso compromisso é segurar a descrença do NM no empenho da Direção do IBGE e buscar uma situação positiva. O momento é positivo, a instituição está na mídia.

Júnior – Qual será a relação do IBGE com a gente no momento do embate?

Cortes – A greve é o confronto; tanto os trabalhadores quanto a administração usarão seus recursos legais.

Miguel – A impressão é de que, em razão de a Direção ter criado o Plano de Carreira, fica um constrangimento de voltar ao Governo e dizer que não é bem aquilo.

Cortes – Não temos esse constrangimento porque nossa proposta foi além da que foi possível.

Miguel – Queremos ir à reunião com a Direção do IBGE, independentemente da posição do Governo.

Cortes – Não discutimos essa possibilidade; nós não negociamos para o NI; sempre vamos tratar dos problemas dos servidores do IBGE.

Israel – Vocês se renderam rápido demais diante do Governo; o NI está muito sacrificado; nosso compromisso, como Sindicato, é com todos os servidores, mas, como o NI está com esse fosso, estamos lutando pelo NI nesse momento.

Cortes – Não vamos sair daqui para negociar questão específica do NM ou do NS; vamos tratar da situação de todos os servidores.

Dodô – A Direção foi negociar pelo NS porque reconhecia a defasagem.

Cortes – Negociamos para todos; o ajuste veio para todos; nunca nos furtamos à discussão com vocês junto ao Ministério.

Miguel – Você assume esse compromisso?

Cortes – Não vou assumir. Preciso levar à Direção.

Suzana – O Movimento é representativo, o Encontro Nacional mostrou isso, vieram quase todos os estados. Há uma insatisfação geral, inclusive de chefes de Unidades que são NM e não dizem pra vocês que estão insatisfeitos; a mobilização é nacional.

O Plano de Carreira tem ganhos, só que a própria direção do IBGE reconheceu, em carta do presidente, que seria priorizado o NS, especialmente os que estão entrando na casa. A segunda prioridade... você mesmo disse... por isso o ganho de doutor foi, em média, 45%, porque foi priorizado o vencimento básico.

No NM, os 31 que têm mestrado também não ganham 30%, ganham menos porque quem tem mais especialização, ganhou menos; ganhou mais quem não tinha especialização. Esse é o Plano de Carreira. Há muitos anos, nossos salários eram interpolados. O mais alto salário do NM interpolava com o mais baixo do NS; o maior salário do NM equivalia a 50% do maior salário do NS; hoje, equivale a 30%. Amanhã não sei quanto vamos estar ganhando porque há um processo de desvalorização do NM.

Embora ambos tenham tido ganhos, o ganho do NS foi muito superior. É evidente que houve desvalorização do NM. Isso ocorreu porque não houve o debate sobre o Plano de Carreira; faltou reconhecimento do valor do NM. Faltou entender o IBGE, suas funções, a importância do NI. Por mais informatização que se tenha, a qualidade do

IBGE vai se dar com gente, não com computador. Estamos vendo os problemas com o Censo, não basta a máquina.

Ninguém faz Encontro Nacional se não se sente prejudicado. A Direção precisa reconhecer isso. Vocês estão com postura de patrão; vocês não são patrões, são colegas nossos, servidores públicos como nós. A presidente do Ibama fez a defesa do Ibama indo contra o Governo, teve postura de servidora pública. Paulo Tafner saiu em defesa do Ipea contra a retirada da autonomia e não era nem direção, é funcionário.

Então, esperamos de vocês a postura de servidores públicos, a defesa da instituição e dos colegas. Esse pode ser o legado maior de vocês. A Fiocruz é um exemplo pela forma mais democrática de escolha da Direção e pela postura dessa Direção, que defende os servidores. Você diz que, se houver greve, a postura será de confronto, a administração tomará suas providências.

Cortes – Essa é a postura clássica....

Suzana – De patrão. Vocês não são patrões, não são os donos do IBGE. Vocês estão representando a instituição hoje, amanhã, não estarão. Não é possível uma postura assim, vocês não tomam atitude de defesa do órgão público. Há um movimento, Sérgio Mendonça e o ministro têm que ouvir isso. Eles acompanharam o processo do Plano de Carreira, viram que tinha problema. É preciso mostrar que há problemas. Ou vocês vão pagar pra ver? Vocês estão pagando pra ver se a gente é capaz de entrar em greve. Não dá pra entender essa posição de pagar pra ver.... Se mobilizarem, a gente vai, se não, ficamos vendo. Você foi nível auxiliar; não é possível que vocês vão pagar pra ver. Vocês têm que voltar a discutir. Nós não vamos sair daqui e dizer “esquece, não deu”. Tem problema no NS? Vamos ver também. Eu acho que tem. Quem entrou agora no IBGE como NS está perdido diante tanto curso que precisará fazer para chegar ao topo da carreira.

Não é justo colocar a gente com 30% do NS se, em 70 anos do IBGE, nunca foi assim. Vocês querem marcar a gestão de vocês? Tenham postura decente com a gente, estamos à beira de nos aposentar. Tenham postura mais de servidor público e menos de DAS.

Cortes – Você se perde um pouco quando faz algumas acusações. Dizer que essa Direção não tem uma postura correta, não é verdade; tanto que estou aqui conversando com vocês.

Suzana – Colocar a gente de 50% para 30% é correto?

Cortes – Na última greve, eu disse a vocês para não puxar essa greve. Não ganharam nada. Podem dizer que os 15% foi por causa da greve, mas não foi. Eu sempre disse a vocês que a nossa relação era uma relação da verdade. Eu disse que a gente não tinha de onde tirar. Vocês riram de mim, caçoaram.

Suzana – Então fala com Sérgio Mendonça. Ele disse: vocês estão em greve, por isso vão levar 15%.

Da Matta – Vocês falaram, na frente do Sérgio Mendonça, na mesa de negociação, que iriam rediscutir o Plano de Carreira, que a gente poderia fazer um congresso institucional para definir o Plano e nada disso foi feito. A comissão já tinha montado a proposta e vocês teriam que jogar fora para rediscutir. Vocês não fizeram isso.

Cortes – A Direção se empenha pela instituição. Veja a diferença de hoje para três anos atrás, o nível de discussão mudou. Vocês acham, com razão, que o salário nominal não está bom, mas não porque a direção não se empenha. Você pode até fazer esse discurso, mas não é verdade.

Vou fazer uma sugestão baseada na conjuntura: mudem o slogan da campanha, ao invés de recomposição salarial, peçam revisão do Plano de Carreira. Digo isso porque não há uma justificativa para afirmar que o Plano de Carreira é ruim; a justificativa de vocês é de que há defasagem de 30%. Em qualquer lugar do mundo, há diferença salarial em função da escolaridade, então esse não é o argumento. Qualquer empresa diferencia por especialização, formação, cargo. . .

Vamos implantar o Plano e cobrar a conta lá na frente. A proposta é fazer acontecer os projetos do IBGE, construir uma proposta de revisão do Plano e depois propor a abertura de discussão sobre o Plano de Carreira, mostrando que o compromisso foi cumprido. Hoje, não há argumento consistente. O momento é de fazer, mostrar à sociedade para depois cobrar.

Você acha que qualquer parcela da sociedade brasileira, que ganha, em maioria, um ou, no máximo, dois salários mínimos, a qual se mostre que 4.379 pessoas do NI do IBGE ganham R\$ 3.463,00, daria apoio a essa situação? Não se tem apoio pra isso. Só há argumentos emocionais; construam, primeiro, uma proposta e cobrem a conta depois.

Júnior – Você disse que, na reunião, você sugeriu que não fosse feito movimento porque não daria em nada e surgiram algumas risadas. Quando você fala em emoção sempre passa pra mim que, diante daquela punição que o Governo não padronizou para os servidores públicos, colocou como facultativa, como se dissesse, vocês usem se julgarem necessária a reposição dos dias de greve, entendo que vocês agiram com emoção. Quando a gente coloca essa questão da emoção, é uma coisa complexa, ainda mais quando se coloca o servidor público como vilão. Seu discurso é semelhante ao discurso histórico. Entregar o trabalho é obrigação, vou fazer, mas o que garante que depois haverá uma resposta? Como mudar a lógica do Governo lá na frente? Seu discurso está na contramão.

Pedro Sérgio – Nós temos a tabela confeccionada. O ideal é o paradigma do Ipea; vamos pegar as tabelas e ver o que melhor se encaixa para o NM; pegar a proposta inicial do Plano de Carreira já que se diz que, ali, na essência, havia a proposta de tratamento unificado para todos. Na implantação, uma série de situações não foi vista. Em Mendes, Antonio Fernando presente, na discussão embrião do Plano de Carreira, foram feitas perguntas para as quais não havia resposta. Havia algumas dúvidas. Dá pra partir daí?

Cortes – Tudo é uma questão de negociação... Não há condições de negociação até que esteja implantado.

Pedro Sérgio – Se formos ao Governo, vocês vão com a gente?

Cortes – Vamos... Miguel gosta muito dessa coisa de compromisso...

Dodô – Você diz que nós não argumento racional para abrir a discussão.

Cortes - Abrir a discussão, dá, mas não há argumentos para convencer as pessoas de que a reivindicação é procedente.

Dodô – observando o acompanhamento de salários desde a década de 1990, vemos a distância salarial aumentando. Isso não é um argumento importante? Se isso não for importante, considerando a estratégia de carreira, que você mencionou, dentro de cada empresa, me parece que também houve uma mudança na importância do NM dentro do IBGE.

Cortes – Eu não classifico NS e NI. Eu gostaria de classificar Nível Superior, Nível Técnico e Nível Intermediário. Essa diferenciação é importante. Um tem a formação superior, estudou quatro anos a mais, mas o outro de Nível Técnico, tem especialização; ao longo da vida construiu uma carreira voltada para a atividade

técnica. Hoje, há uma carência grande de técnicos de eletricidade, estatística, eletrônica, informática... Esse cara que, por qualquer motivo, não teve oportunidade de cursar o nível superior, como técnico, seria reconhecido e poderia ter um salário nos termos que você propõe.

Quando você usa o termo NI, classifica as pessoas que têm segundo grau; se for medir em nível escolar, ela tem quatro anos menos que uma pessoa com nível superior. Isso é difícil a maioria entender.

Se eu consigo diferenciar... isso é razoável. Como se implementa isso? É difícil criar carreira de técnico? É, nós não conseguimos. Eu posso, em função de uma premissa dessas, tentar aumentar os níveis da carreira superior? Sim, mas que barreiras eu boto para atender isso?

Rodrigues é um exemplo de técnico há anos em função de NM, mas tem experiência e competência para se encaixar nessa coisa do técnico. É defensável, mas, quando falamos em NI, estamos falando do técnico, do motorista, do copeiro, do digitador... aí é difícil defender.

Da Matta – O IBGE não estabelece atribuição; ninguém sabe o que NS e NM têm que fazer.

Cortes – Você tem 500 atribuições, essas coisas é que levam a todas essas dificuldades. Estamos com um projeto para definir esse tipo de coisa.

Miguel – O critério de valor para quem faz o quê é subjetivo; na negociação anterior, Sérgio Mendonça foi ao ministro, abriu a porta e nós conseguimos 15%. Queremos isso (abrir a porta).

Cortes – O IBGE foi consultado (em relação ao ajuste de 15%) e falou que o aumento deveria ser igual para todos.

Rodrigues – O descontentamento é grande; nós não queremos o embate, pois é desgastante para todos, mas, podemos perder o controle se não houver esperança. Faltou empenho da Direção em levar isso à frente. Estamos mostrando nosso trabalho à sociedade há muito tempo; a mídia procura o IBGE, ao contrário do que acontece com instituições semelhantes em outros países; temos credibilidade junto à sociedade, não precisamos mostrar nada.

Cortes – Pelo previsto, em fevereiro de 2008, em termos de ajuste salarial, só perderemos para Polícia Federal, Polícia Rodoviária e funcionários do Tesouro.

Rodrigues – Podemos ir juntos ao Governo, podemos mudar o nome da campanha, mas mantemos nosso pleito. Agora, é preciso ver os prazos. Da primeira reunião para esta, passou um mês. Quanto tempo levará para sabermos se vamos ao Governo com vocês? Isso é desgastante. Construir um Plano de Carreira não é difícil, mas cobrar mais na frente... Quando? Quando estivermos aposentados? Qual a posição oficial do Conselho Diretor?

Cortes – Não há possibilidade de negociação com o Governo agora. Nós negociamos com vocês, a resposta está sendo insatisfatória, então, a próxima instância é o Ministério do Planejamento. ***Vocês podem pedir a reunião no Ministério, a gente vai e pode dizer que acha que é possível rever.***

Aglaé – Você sugere aceitarmos o Plano como está, cumprindo as nossas obrigações. Faltou dizer que, nesse período, vamos tentar conversar com quem de direito, ou seja, iremos a Brasília discutir o Plano de Carreira. Outra proposta é a de revisão do Plano a partir de 2008. Isso pode ser proposto para já?

Cortes – Há uma negociação, temos um impasse, o mediador é o ministro. A sugestão é usar essa intermediação para tentar resolver isso. A proposta não deve ser de recomposição salarial.

Rodrigues – O IBGE pode solicitar a reunião ao Governo?

Cortes – A resposta é não.

Suzana – O Sindicato e uma Comissão dos Servidores farão o pedido; protocolamos hoje mesmo, exporemos o motivo; vocês serão consultados e precisamos do compromisso de vocês, confirmem que há um movimento. Quando estivermos em reunião, não queremos ser surpreendidos com posição contrária da Direção do IBGE.

Cortes – Posso falar com o secretário dizendo que vocês estão encaminhando documento com reivindicações.

Da Matta – Você aceita, então, a proposta do NM?

Cortes – Aceitamos e, quando vocês saírem da reunião, vamos brigar pelo outro lado, o NS. Agora, vamos conversar com as mesmas pessoas que fizeram a tabela; será preciso novos argumentos.

Lea (RS) – Por que, anteriormente, vocês não defenderam a linearidade? Por que deixaram o NM rifado? Por que Eduardo não volta aos estados? No Sul, as pessoas não estão satisfeitas.

Cortes – Há 1.629 servidores ativos no NS, sendo 646 com menos de 10 anos de casa; ou seja, aproximadamente, 30% do NS tem menos de cinco anos de casa. O que acontecia era que muitos aprovados nos concursos passaram para vários órgãos e optaram por sair.

Lea – Muitos do NM que entraram recentemente também estão saindo porque o IBGE não é atrativo, não oferece oportunidade de progresso na carreira. E o IBGE não tem como trabalhar sem o NM. Vocês já fizeram uma avaliação disso?

Cortes – Há outra interpretação. Esses meninos têm nível superior e viram, no salário de NM, um atrativo porque não viram outras oportunidades no mercado. As pessoas que não têm formação de nível superior não saem.

Lea – Faça um levantamento do NM e verá que quem está saindo não é só quem tem curso superior.

Júnior – Essa meritocracia escolar que você está colocando, eu estou interpretando que você defende que o Nível Superior tem que ter uma distância significativa. Estou entendendo que você não concorda em discutir que essa distância seja diminuída.

Cortes – Eu concordo, sim, eu acho que, se um ganhasse 11 e outro ganhasse 10... (seria melhor).

Diego (SP) – Informa que está prestando outros concursos.

Lea – Eu sonho com o IBGE funcionando como uma grande equipe e não dividido entre NM e NS. Vá às unidades e veja o que acontece com o Censo. No Rio Grande do Sul quem está coordenando o Censo não é o NS. Deve haver diferença para que as pessoas possam almejar, mas vocês não podem depreciar o NM. Não sou escrava, vendo minha mão-de-obra e quero ser remunerada.

Teresa (CE) – É uma política da Direção do IBGE que o fosso fique onde está; se conseguir aumento pra nós, você diz que vai buscar para o NS, manter o fosso.

Cortes – Não defendemos o diferenciamento. Em todas as empresas se busca diferencial entre escolaridade e a função exercida (?). Isso foi um erro que cometemos ao longo de 15 anos do Plano de Ciência e Tecnologia. Estava em lei, teriam que ter sido definidas as funções e nunca foi feito. Vamos fazer agora com o Plano de Carreira do IBGE.

As coisas devem ficar claras para que se possa cobrar, avaliar, justificar treinamento. É necessário que essas coisas estejam bem definidas em qualquer Plano de Carreira. Se isso não estiver bem definido, não ficamos sabendo qual o treinamento necessário para determinada pessoa que, em função das atividades que desenvolve, precisa adquirir maior competência para aquilo.

Se você está ao lado do Miguel em funções diferentes, você só consegue diferenciar isso se houver clareza sobre o que cada um tem que fazer. Daí, há duas saídas, você reivindicar salário igual ao dele ou darem a você uma atividade condizente com o que está definido para você exercer.

Paulo Paes– Isso foi aniquilado com o regime jurídico único. A Justiça não concede mais equiparação de salário por ter as mesmas funções. Não buscamos equiparação com o NS; queremos correção das distorções; a comparação deve ser com o mercado e a atividade exercida.

Finalização: É proposta uma reunião para esta semana na qual seria avaliada a proposta a ser enviada a Brasília. Sérgio Cortes não concorda, diz que a proposta é do Movimento.

Rio de Janeiro, 15 de maio de 2007